

DATA-BASE

Governador Colombo dá o calote nos servidores

A campanha salarial 2012-2013 dos servidores públicos estaduais continua. Depois de Raimundo Colombo e sua base aliada na Assembleia Legislativa não garantirem o cumprimento da lei 15695/2011, com a edição da lei ou de Medida Provisória especificando o percentual do reajus-

te dos trabalhadores no serviço público estadual no mês de janeiro, o Sindicato recomenda à categoria manter-se alerta e organizada para iniciar fevereiro com mobilizações.
Pág.3



Mobilização Geral Campanha Salarial Unificada 2012/2013



Assembleia Analistas da Educação aprova Greve



4º Congresso Estadual do SINTESPE aprova plano de lutas da categoria



Assembleia dos Trabalhadores na Saúde aprova GREVE contra o corte na HP e por isonomia de Gratificação



Audiência Pública na Assembleia Legislativa debate SC Saúde

Foto: Divulgação Alesc



Assembleia Servidores SJC aprova Estado de GREVE



Reunião com Aposentados debate direitos e SC Saúde



Seminário no SINTESPE discute elaboração de novo Plano de Cargos e Vencimentos dos Servidores



Paralisação na FCEE - Luta por jornada de 30 horas

Eleições 2013

Diretoria determina calendário do pleito eleitoral
Pág. 2

Agentes penitenciários em Estado de GREVE

Assembleia Geral da SJC acontece dia 7/02

Pág. 4

2º Encontro pela Revogação da Lei das OSs

Atividade amplia a luta no País

Pág. 4

Imposto Sindical

Sintespe retoma devolução dos valores
Pág.2

Assessoria Jurídica

Setor Jurídico do Sintespe vai trabalhar pela Progressão funcional
Pág.2

JURÍDICO

Assessoria Jurídica ingressa com 214 novos processos em 2012



No ano de 2012, o setor jurídico do Sintespe trabalhou bastante em benefício dos servidores. No período, foi dada entrada a 214 novos

processos que, em geral, referem-se a: adicional de permanência, averbação de tempo especial/insalubridade e aposentadoria, aposentadoria especial, cobranças, desvio de função, requerer diferença de abono, de proventos e de vencimentos, gratificações não recebi-

das, licenças prêmio, progressões, promoções, reajuste, contra ressarcimento ao Erário, revisão de proventos, para conquista de Vantagens Pessoais, contra punições ilegais, pedidos de sindicância, além de processos administrativos.

Progressão funcional

Em janeiro de 2013, a assessoria jurídica começa a preparar ações coletivas requerendo a progressão funcional de servidores dos segmentos ainda não contemplados com esse direito.

BALANCETE

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS - 2012		
RECEITA	SETEMBRO	OUTUBRO
Mensalidade de Associados	137.620,34	138.060,07
Receitas de Precatórios	3.623,11	7.789,86
Receita de Aplicações	1.249,36	1.139,66
TOTAL DAS RECEITAS	142.492,81	146.989,59
DESPESA		
PESSOAL E ENCARGOS	49.377,76	48.016,54
DESPESAS GERAIS		
Água e Esgoto	202,04	242,04
Alimentação/Refeições	870,00	720,00
Combustíveis e Lubrificantes	279,10	314,87
Correios e Malotes	4.512,52	2.153,55
Energia elétrica	558,91	510,21
Serviços de Limpeza	172,00	258,00
Honorários Profissionais	2.000,00	2.000,00
Impostos e Taxas Diversas	10,72	10,72
Manutenção em Programas	1.006,64	2.216,64
Manutenção em Veículos	30,00	30,00
Manutenção e Reparos	803,09	158,00
Material de Expediente	400,00	1.584,30
Material de Higiene	464,37	217,50
Material de Uso Permanente	931,90	-
Outras Despesas	377,40	235,00
Segurança do Patrimônio	161,29	161,29
Seguros	1.355,21	2.249,85
Telefones e demais comunicações	2.671,35	2.825,48
Multas e Infrações	459,69	-
Tarifas Bancárias	197,28	234,47
IMPRENSA E DIVULGAÇÃO		
- Livros/Jornais/Revistas	-	15.281,12
- Adesivos/Panfletos/Impressos	-	620,00
- Faixas/Cartazes	520,00	3.264,00
- Rádios/TV/Som/etc	750,00	22.523,00
ATIVIDADES SINDICAIS		
- Viagens/Estadias/Passagens	590,60	298,99
- Complemento Salarial	1.859,07	2.348,59
- Contribuição a CUT	13.351,47	13.351,47
- DIESSE	543,73	543,73
- Doações	500,00	-
ASSESSORIA JURÍDICA/CUSTAS/CÁLCULOS	12.167,34	12.448,09
DIRETORIA E REPRESENTANTES		
- Alimentação/Hospedagem/Passagens/Locação Transporte	18.589,88	28.358,74
- Combustíveis e Lubrificantes	915,51	2.253,00
- Outras Despesas	282,00	179,05
DELEGACIA REGIONAL DE LAGES	1.755,46	1.735,72
DELEGACIA REGIONAL DE CHAPECÓ	1.018,84	1.071,87
DELEGACIA REGIONAL DE JOINVILLE	1.869,27	2.096,15
SALA CRICIÚMA	469,45	800,00
TOTAL DAS DESPESAS	122.023,89	171.311,98

IMPOSTO SINDICAL

Sintespe retoma devolução do Imposto

Devido à demora do departamento de gestão de pessoal da Secretaria de Administração enviar a lista completa com nome, número da conta e o valor depositado por cada contribuinte, o Sintespe só pode continuar a devolução desses valores a partir da terceira semana de dezembro, quando recebeu a lista com os dados necessários. Conforme Eliane Schappo, responsável pelo setor financeiro do Sindicato, já haviam sido feitas várias solicitações ao setor responsável pelos dados, mas só agora foi enviada a lista completa dos servidores, filiados ou não, lotados na Jucesc, Udesc, Deter, PGJPG e SFE.

Do total de quase R\$ 1,5 milhão recolhido pelo Estado por meio do CSU (Contribuição Sindical Urbana) dizem respeito ao Sintespe R\$ 898 mil. Desse, até agora faltam ser devolvidos aproximadamente R\$ 800 mil.

Os únicos servidores que não terão devolvido o valor descontado serão os servidores da Secretaria de Saúde, pois o valor referente foi depositado para o Sindicato dos Trabalhadores da Saúde. Por defender os princípios da liberdade e autonomia sindical, a diretoria do Sintespe acredita que é a categoria que deve decidir, se vai contribuir financeiramente com o Sindicato, sendo que essa contribuição acontece a partir da filiação. No ano de 2012, a entidade participou ativamente da Campanha Diga Não ao Imposto Sindical, organizada pela CUT.



Abaixo-Assinado coletou adesões contra o Imposto



SINDICALIZAÇÃO

Fortaleça nossa luta

Em meio a duas assembleias realizadas no mesmo dia 29 de Novembro, o agente penitenciário Paulo Ricardo Barbosa da Silva tirou uns minutinhos para preencher sua ficha de sindicalização. Paulo, assim como outros companheiros, aproveitou o início da Campanha Salarial Unificada para fortalecer a luta dos servidores em geral e de seu segmento específico.

A Diretoria do Sindicato aproveita para agradecer a todos os sindicalizados o voto de confiança e chamar mais servidores para juntarem-se no combate por nossos direitos e contra injustiças sofridas dia a dia pelos trabalhadores.



«Estou me filiando ao Sintespe por que o Sindicato é quem melhor nos representa, já que não temos acesso direto à SJC para resolvermos nossos problemas. E o Sindicato fortalece nossa luta enquanto categoria». (Paulo R. B. da Silva)



CURTAS

- Eleições 2013

A Diretoria do Sintespe deliberou, em reunião, o calendário referente às eleições sindicais em 2013. Conforme o calendário, dia 21 de fevereiro será publicado o Edital da Eleição prevista para dias 22 e 23 de maio. Assim, as chapas devem ser inscritas até dia 5 de abril. O regulamento completo do processo eleitoral está previsto nos Artigos 52 ao 84 do Estatuto do Sintespe, disponível a todos os interessados no site: www.sintespe.org.br no link Sindicato -> Estatuto

- Novo Horário nas Delegacias Regionais

A partir do mês de janeiro, as delegacias regionais do Sintespe em Lages terão novo horário de atendimento. A delegacia de Chapecó vai funcionar das 12 às 18 horas, enquanto as delegacias de Lages e Joinville vão funcionar das 13 às 19 horas.

- Mensalidade

Conforme mudança no estatuto, aprovada no 4º Congresso, o valor da mensalidade do SINTESPE passou a 1,2% do vencimento do nível e referência do cargo do sócio.

- Floripa em Foco

Assista, todas as terças-feiras, às 15h30 ou às 22 horas, ao Programa Floripa em Foco com Sintespe, na TV Floripa, canal 4 da NET, na Grande Florianópolis. O programa semanal de entrevista debate os temas atuais referentes à categoria. O FF com Sintespe também poder ser visto simultaneamente on line no site www.tvfloripa.org.br. Após a exibição, o programa também fica disponível no Canal Sintespe-SC no Youtube, com acesso direto por meio do nosso site www.sintespe.org.br

Governador Colombo dá o calote e Sintespe convoca servidores a continuarem na luta

A campanha salarial 2012-2013 dos servidores públicos estaduais continua. Depois de Raimundo Colombo e sua base aliada na Assembleia Legislativa não garantirem o cumprimento da lei 15695/2011, com a edição da lei ou de Medida Provisória especificando o percentual do reajuste dos trabalhadores no serviço público estadual no mês de janeiro, o Sindicato recomenda à categoria manter-se alerta e organizada para iniciar fevereiro com mobilizações.

Mesmo com manifestações públicas na Assembleia Legislativa, nos dias 5 e 18 de dezembro, e com a entrega da pauta de reivindicação pelo Sindicato ao Secretário de Administração Milton Martini - dia 12 de dezembro-, o governo anunciou por meio de ofício assinado pelo Coordenador executivo de Negociação e Relações Funcionais, Décio Augusto de Vargas, entidades de servidores, que "aguardará o encerramento do exercício fiscal para estudar o reajuste salarial", o que costuma acontecer apenas no final de janeiro.

A diretoria do Sindicato conclui que se não houver o reajuste, em fevereiro vários segmentos podem iniciar as atividades com paralisações. Inclusive paralisações em conjunto com outras categorias.

No dia 5 de dezembro, dia de mobilização da categoria na Assembleia Legislativa, foi entregue a todos os parlamentares presentes uma carta (ver ao lado) com as principais reivindicações dos servidores. A carta também foi lida na tribuna pelo secretário geral do Sintespe, Mário Antonio da Silva. Além do reajuste anual sem parcelamento também constam no documento a reposição das perdas salariais que já somam mais de 32% de 2006 a 2012, a isonomia da gratificação de produtividade, como também a instituição de uma Comissão de negociação para a elaboração de um novo Plano de Cargos e Vencimentos.

Já no dia 18 de dezembro, um dia antes de os deputados estaduais finalizarem os trabalhos na Assembleia, servidores de todas as regiões do estado voltaram ao Parlamento portando cartazes de protesto. Na sala de imprensa da Casa, lotada, o presidente do Sindicato expôs as principais reivindicações da categoria ao líder da bancada



governista no Parlamento, o deputado estadual Darci de Mattos (PSD) e solicitou ao deputado a elaboração de uma Medida Provisória que garantisse o reajuste anual: «-Se não tivermos reajuste, vamos ter que correr atrás de perdas salariais. Todos os poderes cumpriram a data-base dos servidores, porque somente o Executivo não concedeu?» E frisou que a arrecadação do Estado subiu até 15% em comparação com o ano passado. O deputado prometeu entrar em contato com o governador e dar uma resposta no dia seguinte. Ele disse estar sensível à MP com o reajuste e se comprometeu: «- O que eu puder fazer para ajudar, eu vou fazer».

Mas não fez e a resposta do parlamentar ao diretor Sebastião Amorim que voltou ao seu gabinete, um dia depois, foi mesma do Coner: encerrar o exercício fiscal para concluir os estudos referentes ao cumprimento do reajuste.

Alcides Lima, servidor do Deinfra, diz que a mobilização valeu a pena, pois fortalece a categoria. Mas reclama do arrocho no salário: «- O governo encheu a máquina de comissionados deixando os funcionários de carreira de lado. Queremos que o governo aumente o vale-alimentação e cumpra a data-base. Que nossa defasagem seja colocada em dia», avalia.

Mandado de Segurança

Os servidores estão cansados de promessas não cumpridas e uma das medidas anunciadas pela Diretoria do Sintespe é entrar com um Mandado de Segurança Preventivo, no início de janeiro, obrigando o estado a cumprir a lei da data-base.

ATGEs: Um ano de apenas promessas



Analistas levaram bolo e cartazes em protesto

No final de 2011, após muitas mobilizações, tanto o governo, por meio do Coner e da Secretaria de Educação, como muitos deputados prometeram aos Analistas Técnicos em Gestão Educacional que a Gratificação de Produtividade de 60% seria extensa a todo o segmento tão logo iniciassem os trabalhos no Legislativo. Acabando, assim, com a injustiça que existe de que só os servidores lotados no prédio da Secretaria de Educação e Desporto ou nas GEREDs, recebem o direito.

Este ano se passou e ninguém cumpriu a promessa. Em protesto ao descaso com o segmento, ATGEs de diferentes regiões aproveitaram a manifestação na Assembleia no dia 18 de dezembro, e levaram um bolo de aniversário da luta e cartazes. E, após conversa com o deputado, na Sala de Imprensa, cantaram parabéns a você pela luta travada ao longo do ano.

Moções de Apoio

Na Assembleia Legislativa, há cinco indicações de deputados que solicitam ao Governador a elaboração de projeto que garanta a extensão do pagamento da Gratificação de Produtividade para todos os ATGEs. Como também Câmaras Municipais e vereadores confeccionaram moções favoráveis ao atendimento da reivindicação da categoria, que vem sendo negociada entre Sintespe e Governo desde 2010.

Além da Moção de apoio do Poder Executivo de Campo Erê, tanto as Câmaras Municipais Água Doce aprovaram Moções em apoio aos ATGEs

Trechos da carta do Sintespe entregue aos parlamentares

«Os servidores estaduais integrantes das Secretarias, Autarquias e Fundações, na sua maioria, estão enquadrados em um Plano de Cargos de Vencimento implantado em 2006, sem qualquer perspectiva de crescimento na carreira. O vencimento inicial das categorias de serviços gerais e auxiliares, nível médio e nível superior, respectivamente, R\$ 820,00, R\$ 972,00 e R\$ 1.296,00, são exemplos da necessidade de um novo Plano de Cargos e Vencimento, que preze pela isonomia, por vencimentos decentes que valorizem a carreira do conjunto dos servidores civis do Executivo. Mas, há ainda situações mais graves, vividas pelos servidores civis lotados na Secretaria de Segurança Pública, na Secretaria de Justiça e Cidadania, na AGESC e na Polícia Militar, no Detran, que nem ao menos Planos de Cargos possuem. Esses servidores continuam em uma Tabela de Vencimento genérica do ano de 1993. (...)

Há 18 meses o SINTESPE vem se reunindo com os integrantes do CONER, para corrigir uma grande injustiça praticada contra os servidores administrativos e técnicos da Educação e da AGESC, que não percebem qualquer índice de gratificação de Produtividade. (...) O Secretário da Educação assumiu compromisso público, inclusive na presença de parlamentares que iria dar uma solução já no final do ano passado e até a presente data nada foi feito.

Além da discriminação, temos ainda as distorções no pagamento da Gratificação de Produtividade que tem como parâmetro e limite 100% da GAF. As distorções são gritantes, senão vejamos: servidores civis da Segurança, Justiça e Cidadania, percebem 20%; aqueles lotados nas Regionais percebem 30%; servidores do DETER e DEINTRA estão com a gratificação com cálculos congelados em exercícios anteriores e percebem os menores valores entre todos os segmentos; a ampla maioria dos servidores das Secretarias, desde 2010, estão com seus valores limitados a 60%. (...)» Florianópolis, 5 de Dezembro de 2012.

Agentes penitenciários seguem em Estado de Greve até dia 7 de fevereiro

Servidores lotados na Secretaria de Justiça e Cidadania (SJC) de todo o Estado estão convocados a participar de Assembleia Geral no dia 7 de fevereiro, às 10 horas da manhã para avaliar as ações do governo no atendimento da pauta de reivindicações dos trabalhadores.

O Estado de Greve dos agentes, aprovado em 22 de novembro, foi reafirmado na Assembleia realizada na manhã do dia 18/12 diante da avaliação de que de o governo só tinha feito promessas para o segmento. O diretor do Sintespe, Wolney Chucre chamou a atenção para o fato da falta de efetivo: “Não vamos fazer procedimentos que coloquem nossa vida em risco. Disseram que iam trabalhar na questão dos Mandados de Segurança (MS), mas não tinha ninguém da SJC lá no Tribunal de Justiça no dia do julgamento dos Mandados. É preciso que a SJC oficialize a sua vontade ao Tribunal de Justiça”, alertou Wolney na Assembleia.

No dia do julgamento dos MS, realizado dia 12 de dezembro, após alguns processos terem a negativa de alguns juí-

zes, o desembargador João Henrique Blasi pediu vistas dos processos. Há a possibilidade de se firmar o TAC antes da nova reunião conjunta das Câmaras de Direito Público marcada para 13 de fevereiro.

Outra deliberação da Assembleia foi a elaboração de uma nota política para o governador, entregue dia 19, assim como publicizar mais o Estado de Greve dos agentes, com faixas de protesto nas unidades e o uso da camiseta confeccionada pelo segmento com os dizeres *É Tempo de Dizer Basta: Segurança se faz com Segurança Os Sistemas Penitenciário e Sócioeducativos Exigem Ações Imediatas do Governo*.

A crise do sistema penitenciário resulta diretamente nas precárias condições de trabalho e de segurança dos servidores no sistema. Isso ficou evidenciado a partir da morte da agente Deise Alves, que era casada com o ex-diretor do Complexo Penitenciário Estadual, em São Pedro de Alcântara, e a partir da sequência dos incêndios em ônibus e ataques a unidades de segurança estaduais em diversas cidades.

Reunião com o governador

Dia 22 de novembro, durante reunião com a secretária Ada e os representantes do sindicato, ficou acordada a realização de uma audiência com o governador Raimundo Colombo, concretizada dia 19 de dezembro, na casa da Agrônômica. Nessa oportunidade, o secretário geral do Sintespe Mario Antônio da Silva entregou ao governador um documento contendo 25 exigências: “- A gente se sente refém dessa política atual. Queremos a reformulação desse sistema”, falou Mário. Das 25 exigências, algumas se fazem imediatas: o aumento de efetivo com a nomeação imediata dos concursados que se formaram na Academia de Justiça e Cidadania (ACADEJUC), que seja firmado urgentemente um Termo de Ajuste de Conduta que resolva a confusão do concurso de 2006 e seja possível realizar novo concurso público; novo concurso público com vagas para agentes penitenciários/sócioeducativos e cargos técnicos e administrativos para todas as unidades do estado e a nomeação imediata comissão acordada entre Sintespe e a SJC

para revisar a lei 472/2009 e criar um quadro único de servidores na SJC.

Como medidas paliativas, o governo autorizou a que torna legal, nos próximos 120 dias, que até 70 agentes por dia possam fazer plantões extras, durante a folga, limitando a quatro por mês para cada agente, que receberá o valor de R\$ 220,00 por plantão. Outra medida foi o decreto que regulamenta a progressão funcional dos agentes penitenciários e socioeducativos, uma luta travada pelo Sindicato e categoria desde 2009. Além de uma medida que permite o ganho de diária para quem fizer um plantão extra na mesma região.

A assinatura do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) entre o Poder Executivo e o Poder Judiciário para que possam ser nomeados os concursados com Mandado de Segurança foi prometida pelo Governo para até o início de fevereiro. De acordo com Lauro



Audiência com Governador Colombo garante Progressão Funcional dos Agentes e medidas

Machado Linhares, assessor jurídico da SJC, cerca de 300 candidatos atendem ao requisito de ter ingressado com um pedido judicial até outubro de 2010, manifestando seu interesse pela vaga. Desde meados de novembro, o Sindicato tem procurado o apoio do Ministério Público, por meio do Procurador Jadel da Silva Jr, e da Corregedoria de Justiça, por meio do Juiz Alexandre Takashima para que seja firmado o TAC com urgência. Ambos já manifestaram ser possível e necessário.

É a categoria quem vai decidir sobre a deliberação de uma possível greve, no dia 7/02. Mas, espera-se que o governo cumpra suas promessas e assuma suas responsabilidades.

NA DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Revogação da lei das OSs: a luta é de todos!

Realizado dia 24 de Novembro, o 2º Encontro Nacional pela Revogação da Lei das Organizações Sociais ampliou ainda mais a luta pela defesa dos serviços públicos em diferentes regiões do país. Na atividade que contou com a presença de cem trabalhadores de diferentes categorias, representantes sindicais e parlamentares de 10 estados, foram debatidas as consequências das Organizações Sociais na Gestão de serviços públicos em geral e definidas ações importantes para a ampliação da campanha, como: a realização de uma Marcha Nacional em Brasília dia 7 de abril, continuar a coleta de adesões no abaixo-assinado dirigido à presidente Dilma Rousseff, insistir na realização de uma audiência com a Presidenta da República para tratar das consequências da gestão dos serviços públicos por OSs, assim como exigir dos prefeitos eleitos ou reeleitos que revertam as Organiza-

ções em seus municípios.

São várias as constatações e denúncias sobre os desvios das verbas públicas nas terceirizações via OSs. O último e mais recente caso chegou aos jornais no último dia 12 de dezembro, quando dez diretores do Instituto SAS, OS que administra hospital regional de Itapetininga e outras unidades de saúde em cidades de três estados brasileiros, foram presos. E entre essas unidades está o Hospital Regional de Araranguá-SC. Conforme a investigação, foram desviados 1,5 milhão de reais.

Participante do 2º encontro, a vereadora Juliana Cardoso, explicou que em São Paulo, enquanto as OSs receberam R\$ 1,8 bi em 2010, valor que saltou para R\$ 2,2 bi em 2012, os serviços pouco aumentaram ou até mesmo diminuíram. Juliana também destacou que o número de funcionários públicos municipais tem caído, enquanto o das OSs

aumenta. E com isso, aumentam também a precariedade nas relações de trabalho.

Em Santa Catarina, o Sintespe tem alertado continuamente o governo e a sociedade catarinense quanto aos riscos desses convênios e a necessidade de preservar e fortalecer os serviços públicos por meio de políticas eficientes em saúde, educação, segurança etc. A partir da Campanha Nacional pela revogação da lei federal nº 9637, o Sindicato promoveu em 2011, o 1º Encontro Nacional envolvendo o tema. Mas, na contra mão do interesse da população catarinense que carece de políticas públicas de qualidade e da garantia de direitos dos servidores públicos estaduais, o governador Raimundo Colombo e sua base segue a política voltada para a terceirização dos serviços públicos via Organizações Sociais e empresas.

Somente em 2012, enquanto

alega não ter dinheiro para conceder aumento salarial dos servidores públicos estaduais, nega ter dinheiro pra garantir isonomia de gratificação a categorias de diversos órgãos, o governo Colombo repassou 173 milhões a Organizações Sociais.

Em entrevista concedida à Ric Record, veiculada dia 25 de dezembro, o governador afirmou ser um sucesso a terceirização via OS do SAMU (que continua sob gestão de OS mesmo após a Justiça Estadual determinar o fim do convênio), lamentou o desvio milionário de dinheiro público no Hospital Regional de Araranguá e confirmou a privatização do terminal rodoviário estadual de Florianópolis a partir de 2013.

O combate pela Revogação da Lei das Organizações Sociais deve ser de todos os catarinenses, de todos os brasileiros! Pois, é a partir da revogação da Lei Federal se faz possível a revogação das leis estaduais. Assim, o Sin-

tespe convida todos os trabalhadores a aderirem ao abaixo-assinado e ampliarem as adesões e também suas ações com esse objetivo. O abaixo assinado pode ser impresso a partir do blog www.organizacaosocialnao.blogspot.com

Deputado federal se compromete a debater o tema na Câmara

Em dezembro, o deputado federal Pedro Uczai (PT) compareceu ao Sintespe para uma visita de final de ano. Na ocasião, Uczai se disponibilizou a contribuir na luta dos servidores em 2013, principalmente na questão da revogação da lei das Organizações Sociais promovendo audiências públicas sobre o tema. O deputado também se comprometeu a trabalhar na aprovação da PEC 308 que cria a Polícia Penal, pauta que segue parada na Câmara Federal.